



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO DE LEI Nº , DE 2017

(Do Sr. JULIO LOPES)

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil –, para simplificar o processo de casamento e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para simplificar o processo de casamento e dá outras providências.

**Art. 2º** A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*“Art. 1.526. A habilitação será feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil.*

*Parágrafo único: Caso haja impugnação do oficial ou de terceiro, a habilitação será submetida ao juiz.” (NR)*

*“Art. 1.527. Após registrar o casamento, o oficial publicará edital, preferencialmente por meio eletrônico, nos municípios de ambos os nubentes para divulgação.*

*§1º. Se os nubentes residirem em diferentes municípios não alcançados pela mesma divulgação, se publicará edital, em ambos os municípios, após o registro do casamento.*

*§1º. O pedido de suprimento de consentimento ou de idade para casamento será encaminhado pelo oficial de registro civil ao Ministério Público, para manifestação conclusiva nos próprios autos do processo de habilitação.*

*§2º. A alteração de regime de bens será requerida ao oficial de registro civil das pessoas naturais e produzirá efeito a contar de sua averbação no registro de casamento.” (NR)*

.....



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Art. 1.726. A união estável poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros e assento no Registro Civil.” (NR)*

**Art. 3º** A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos, passa a vigorar com as seguintes alterações:

*“Art. 67. ....*

*§ 1º Autuada a petição com os documentos e comprovada a sua atribuição territorial, o oficial analisará os autos e requererá o que for necessário à sua regularidade.*

*§ 2º Se o oficial ou terceiro impugnar o pedido ou a documentação, os autos serão encaminhados diretamente ao Juiz, que decidirá sem recurso.*

*§ 3º Inexistindo impedimento ou sendo rejeitada impugnação, o oficial de registro certificará a circunstância nos autos e entregará aos nubentes certidão de que estão habilitados para se casar dentro do prazo previsto em lei.*

*§4º Se os nubentes residirem em diferentes municípios não alcançados pela mesma divulgação, em ambos se publicará edital após o registro do casamento.*

*§5º.....*

*§6º .....”(NR)*

*“Art. 70-A. Após registrar o casamento, o oficial publicará edital, preferencialmente por meio eletrônico, nos municípios de ambos os nubentes para divulgação.” (NR)*

**Art. 4º** Ficam revogados o art. 69 e seus parágrafos, da lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por escopo simplificar o processo de habilitação para casamento, por intermédio de modificações de dispositivos do Código Civil (Lei 10.406, de 2002) que disciplina os proclamas (editais).



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proclamar significa “anunciar em público em voz alta”, logo reforçar a publicidade já inerente aos registros públicos por uma necessidade legal específica.

Atualmente os editais constituem-se em “condição de prosseguibilidade” sem o qual não pode o oficial de registro habilitar os nubentes para o casamento.

A experiência tem mostrado que, apesar da necessária solenidade do casamento, a eventual publicação de edital não deveria impedir a sua tramitação. **Ademais, a CRFB/88 exige (art. 5º, XXVIII) a “razoável duração do processo” administrativo e “os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.**

A prática operada pelos registradores civis demonstra que raras são as impugnações por parte de algum cidadão após conferida a ciência mediante tal divulgação, o que gera na realidade procrastinação sobre o direito de todos por conta de eventual descumprimento por poucos, quiçá nenhum.

Após consulta feita aos oficiais de registro civil obteve-se a informação que nunca receberam qualquer espécie de impugnação a casamento por parte da sociedade que teve conhecimento do fato pelo edital.

Sugere-se assim que seja mantida a exigência do edital, contudo para noticiar, nos respectivos municípios domiciliares, a realização do casamento e não mais como condição para sua efetivação.

O Código Civil já enumera as hipóteses de nulidade do casamento, não sendo razoável burocratizar ato comum de milhões de brasileiros, por conta da excepcional nulidade por fato que venha a ser omitido por algum nubente, inclusive porque o edital pouca força teria para impedir sua ocorrência.

Vale frisar que o Conselho Nacional do Ministério Público já se posicionou pela desnecessidade da intervenção do MP em feitos cíveis desta natureza (Recomendações nº 16/2010 e nº 34/2016). Sendo realidade



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

majoritária no país, a sua não atuação nos processos de habilitação para casamento, o ajuste legal se mostra necessário à segurança jurídica.

As mudanças que se propõe permitirão que, após organizada a rotina extrajudicial interna, os interessados possam estar habilitados para o casamento inclusive no mesmo dia em que protocolarem tal pedido junto ao oficial.

Do exposto, por compreender a relevância da matéria conto com o apoio do nobres pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, em        de outubro de 2017.

**Deputado JULIO LOPES**